



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Gabinete do Ministro da Economia

OFÍCIO SEI Nº 259/2019/GME-ME

Brasília, 06 de junho de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhora Primeira-Secretária,

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 497, de 16.05.2019, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 498/2019, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Alceu Moreira, que “Requer estimativa das renúncias de receitas para 2019, 2020 e 2021, acompanhadas das respectivas memórias de cálculo, que decorreriam da aprovação do Projeto de Lei nº 7.228, de 2014.”.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do ilustre parlamentar, cópia do Ofício nº 764/2019, de 27 de maio de 2019, que encaminha a Nota CETAD/COEST nº 63, de 24 de maio de 2019, elaborado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Atenciosamente,


MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Ministro de Estado da Economia substituto

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em 06/06/19	às 18h 30
Servidor <i>lne</i>	Ponto 5.876
Portador 	



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Ofício nº 764/2019 – RFB/Gabinete

Brasília, 27 de maio de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor
Philippe Wanderley Perazzo Barbosa
Assessor Especial para Assuntos Parlamentares do Ministério da Economia
Esplanada dos Ministérios, Ministério da Economia – Bloco P, 5º Andar
70048-900 - Brasília/DF

Assunto: Análise do Requerimento de Informação nº 498, de 2019, que requer estimativa das renúncias de receitas para 2019, 2020 e 2021, acompanhadas das respectivas memórias de cálculo, que decorreriam da aprovação do Projeto de Lei nº 7.228, de 2014. Referência: 12100.101360/2019-05.

Senhor Assessor Especial,

Encaminho anexa, para sua apreciação e demais providências, a Nota Cetad nº 63, de 24 de maio de 2019, elaborada pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros desta Secretaria da Receita Federal do Brasil, que analisou a proposição em epígrafe.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente

JOÃO PAULO RAMOS FACHADA MARTINS DA SILVA
Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil



Nota CETAD/COEST nº-063, de 24 de maio de 2019.

Interessado: Gabinete do Secretário da Receita Federal do Brasil

Assunto: Aparelhos Médico-Hospitalares. Projeto de Lei nº 7.228/2014.

e-Processo nº: 10030.000193/0519-20

A presente Nota Técnica tem por objetivo calcular o impacto orçamentário-financeiro decorrente da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 7.228, de 2014, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação para máquinas, aparelhos, e instrumentos médico-hospitalares nos seguintes termos:

“Art. 1º. Esta lei altera as normas que regulam benefícios fiscais para maquinaria médico-hospitalar, concedendo isenção de impostos federais para os bens que especifica.

Art. 2º. Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI os aparelhos, máquinas e instrumentos de fabricação nacional, de uso médico-hospitalar, para detecção ou tratamento de moléstias ou disfunções humanas, classificados nos Códigos NCM 90.18, 90.19 e 90.22 da Tabela do IPI –TIPI, aprovada pelo Decreto 7.660, de 23 de dezembro de 2011, quando adquiridos por empresas legalmente estabelecidas e em atividade regular no país.

Art. 3º. Ficam isentos do Imposto de Importação os aparelhos, máquinas e instrumentos de uso médico-hospitalar, de fabricação estrangeira, para detecção ou tratamento de moléstias ou disfunções humanas, classificados nos Códigos NCM 90.18, 90.19 e 90.22 da Tarifa Externa Comum - TEC, desde que sem similar nacional, quando adquiridos por empresas legalmente estabelecidas e em atividade regular no país.

Art. 4º A isenção será reconhecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, mediante prévia verificação de que o adquirente preenche os requisitos previstos nesta lei.

Art. 5º Fica assegurada a manutenção dos créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados relativos às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos nesta lei.

Art. 6º A alienação dos bens adquiridos nos termos desta lei, antes de 3 (três) anos contados da data da sua aquisição, a pessoas que não satisfaçam às condições e aos requisitos estabelecidos nesta lei acarretará o pagamento pelo alienante do tributo dispensado, atualizado na forma da legislação tributária.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita ainda o alienante ao pagamento de multa e juros moratórios previstos na legislação em vigor para a hipótese de fraude ou falta de pagamento do imposto devido.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. ”.

2. O autor do projeto, Deputado Federal Alceu Moreira, argumenta que a grande maioria destes bens se encontram tributados com alíquota zero do IPI, o que não garante a desoneração do imposto, porquanto sendo regulatório, este pode ter suas alíquotas aumentadas por ato do Poder Executivo. Expõe, ainda, que, com relação ao II, a proposição atende a proteção da indústria nacional, concedendo isenção somente aos bens sem similares nacionais.

3. Este Centro de Estudo realizou o cálculo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro com base nas informações de produção, comércio exterior e das bases de dados disponíveis internamente (Notas Fiscais Eletrônicas do ano calendário 2018). A tabela a seguir apresenta a estimativa de impacto fiscal decorrente da possível aprovação do PL 7.228/14:

R\$ milhões

Tributo	Impacto Fiscal			
	2019		2020	2021
	Mensal	Anual		
II	38,89	466,63	500,70	536,24
IPI	42,62	511,46	557,03	605,39
TOTAL	81,51	978,09	1.057,73	1.141,63

São estas as considerações submetidas à apreciação superior.

Assinado digitalmente
RICARDO DE ANDRADE NASCIMENTO
Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se ao chefe do CETAD.

Assinado digitalmente
ROBERTO NAME RIBEIRO

Auditor Fiscal da Receita Federal
Coordenador da Coest

Aprovo a Nota. Encaminhe-se conforme proposto ao Gabinete RFB.

Assinado digitalmente
CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS
Auditor Fiscal da Receita Federal
Chefe do CETAD



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais

DESPACHO

Processo nº 12100.101360/2019-05

À Assessoria para Assuntos Parlamentares,

Trata-se dos Despachos (2378489) e (2272729), por meio dos quais a Assessoria para Assuntos Parlamentares (AAP) desta Pasta encaminha o Requerimento de Informações nº 498/2019 (2272789) do Sr. Deputado Federal Alceu Moreira, o qual solicita que seja encaminhada a estimativa de renúncia de receitas decorrentes do PL nº 7.228/2014.

Tal Projeto de Lei concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação para máquinas, aparelhos e instrumentos médico-hospitalares, nas condições que estabelece.

Nesse sentido, informo que, por **ausência de competência legal**, esta Secretaria Especial **encontra-se impossibilitada de pronunciar-se quanto ao tema**, ao tempo em que sugiro, tendo em vista o disposto no art. 63, XI, do Decreto 9.745, de 8 de abril de 2019, o encaminhamento dos autos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Brasília, 21 de maio de 2019.

Documento assinado eletronicamente

JAMES ELIAS JUNIOR

Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **James Elias Junior, Chefe de Gabinete**, em 22/05/2019, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2386313** e o código CRC **C1A46105**.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Divisão de Gabinete da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Divisão de Assuntos Parlamentares da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

DESPACHO

Processo nº 12100.101360/2019-05

1. Devolve-se o processo à AAP/ME, tendo em vista que **a presente demanda não atrai a competência** desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para prestar as informações solicitadas.
2. Caso se entenda necessário e/ou conveniente elaboração de manifestação jurídica, obséquio demandar esta PGFN.

Brasília, 14 de maio de 2019.

Documento assinado eletronicamente

JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO

Procurador da Fazenda Nacional

Gabinete da PGFN



Documento assinado eletronicamente por **João Batista de Figueiredo, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 14/05/2019, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2339544** e o código CRC **642B7D73**.

Referência: Processo nº 12100.101360/2019-05.

SEI nº 2339544

